

A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração*

The social situation of elderly in Brazil: a brief consideration

La situación social del anciano en Brasil: una breve consideración

Márcia R.S.S. Barbosa Mendes¹, Josiane Lima de Gusmão²,
Ana Cristina Mancussi e Faro³, Rita de Cássia Burgos de O. Leite⁴

RESUMO

O envelhecimento é uma questão explorada por pesquisadores, epidemiologistas e estatísticos por meio de investigações científicas encontradas na literatura nacional e internacional, que revelam a projeção notória desta população de idosos. No panorama mundial, bem como nos países em desenvolvimento, a população idosa aumenta significativamente e o contraponto desta realidade aponta que o suporte para essa nova condição não evolui com a mesma velocidade. Diante disto, a preocupação com esse novo perfil populacional vem gerando, nos últimos anos, inúmeras discussões e a realização de diversos estudos com o objetivo de fornecerem dados que subsidiem o desenvolvimento de políticas e programas adequados para essa parcela da população. Isto devido ao fato que a referida população requer cuidados específicos e direcionados às peculiaridades advindas com o processo do envelhecimento sem segregá-los da sociedade. Assim sendo, esse artigo tem como objetivo discutir sobre a situação social do idoso no Brasil, considerando os aspectos demográficos, epidemiológicos e os aspectos psicossociais com destaque para a aposentadoria, a importância da família e as relações interpessoais.

Descritores: Idoso; Situação Social; Epidemiologia; Aposentadoria; Família

ABSTRACT

The national and international literature suggest that the process of becoming old in an issue of great interest for researchers, statisticians, and epidemiologists. The literature shows that the population of elderly worldwide is increasing rapidly. Particularly in countries in development, this population has been increasing significantly but the resources and support systems necessary to attend this population is not expanding at the same rate. Therefore, concerns regarding this population profile have led to many serious discussions and studies to provide data to those in political position to create adequate programs and policies to attend to the specific needs of the elderly population without isolating them from society. Thus, the goal of this paper is to discuss the social situation of the elderly in Brazil taken into consideration demographic, epidemiologic, and psychosocial. Emphasis is placed on retirement, the importance of the family, and on the interpersonal relationships.

Keywords: Elder; Social situation; Epidemiology; Retirement; Family

RESUMEN

El envejecimiento es un asunto explorado por investigadores, epidemiólogos y estadísticos por medio de investigaciones científicas encontradas en la literatura nacional e internacional, que revelan la proyección notoria de esta población de ancianos. En el panorama mundial, así como en los países en desarrollo, la población anciana aumenta significativamente y el contrapunto de esta realidad señala que el soporte para esa nueva condición no ha evolucionado con la misma velocidad. Frente a esto, la preocupación por ese nuevo perfil poblacional viene generando, en los últimos años, innumerables discusiones y la realización de diversos estudios con el objetivo de ofrecer datos que subsidien el desarrollo de políticas y programas adecuados para esa parcela de la población. Esto se debe al hecho de que la referida población requiere cuidados específicos y orientados a las peculiaridades advenidas con el proceso del envejecimiento sin segregarlos de la sociedad. Siendo así, en este artículo se tuvo como objetivo discutir sobre la situación social del anciano en Brasil, considerando los aspectos demográficos, epidemiológicos y los aspectos psicossociales con destaque de la jubilación, la importancia de la familia y las relaciones interpersonales.

Descriptor: Anciano; Situación social; Epidemiología; Jubilación; Família

* Trabalho apresentado à disciplina "A Reabilitação na saúde do adulto e do idoso" do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem na Saúde do Adulto (PROESA), Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - USP - São Paulo(SP), Brasil.

¹ Doutoranda da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - São Paulo(SP), Brasil.

² Doutora pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - USP - São Paulo(SP), Brasil.

³ Livre Docente do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - USP - São Paulo(SP), Brasil.

⁴ Professora Doutora do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - USP - São Paulo(SP), Brasil.

INTRODUÇÃO

A sociedade passa por grandes modificações. A tecnologia avança, os meios de comunicação bombardeiam com fatos e dados, a vida é cada vez mais agitada, o tempo cada vez menor e as condições econômicas são mais difíceis, principalmente à medida que as pessoas vivem mais. Isso tudo exige uma capacidade de adaptação, que o idoso nem sempre possui, fazendo com que essas pessoas enfrentem diversos problemas sociais⁽¹⁾.

Envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e dá-se por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada. É uma fase em que, ponderando sobre a própria existência, o indivíduo idoso conclui que alcançou muitos objetivos, mas também sofreu muitas perdas, das quais a saúde destaca-se como um dos aspectos mais afetados⁽²⁾.

A Organização Mundial de Saúde – OMS definiu como idoso um limite de 65 anos ou mais de idade para os indivíduos de países desenvolvidos e 60 anos ou mais de idade para indivíduos de países subdesenvolvidos.

A qualidade de vida e o envelhecimento saudável requerem uma compreensão mais abrangente e adequada de um conjunto de fatores que compõem o dia a dia do idoso. Dessa maneira, o presente artigo tem como objetivo discutir sobre a situação social do idoso no Brasil considerando os aspectos demográficos e epidemiológicos, aspectos psicossociais com destaque para a aposentadoria, a importância da família e as relações interpessoais.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E EPIDEMIOLÓGICOS DO IDOSO NO BRASIL

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial iniciado, a princípio, nos países desenvolvidos em decorrência da queda de mortalidade, a grandes conquistas do conhecimento médico, urbanização adequada das cidades, melhoria nutricional, elevação dos níveis de higiene pessoal e ambiental tanto em residências como no trabalho assim como, em decorrência dos avanços tecnológicos. Todos esses fatores começaram a ocorrer no final da década de 40 e início dos anos 50.

Nos países menos desenvolvidos como o Brasil, o aumento da expectativa de vida tem sido evidenciada pelos avanços tecnológicos relacionados a área de saúde nos últimos 60 anos, como as vacinas, uso de antibióticos, quimioterápicos que tornaram possível a prevenção ou cura de muitas doenças. Aliado a estes fatores a queda de fecundidade, iniciada na década de 60, permitiu a ocorrência de uma grande explosão demográfica.

No Brasil estima-se que nos próximos 20 anos a população de idosos poderá alcançar e até mesmo ultra-

passar a cifra dos 30 milhões de pessoas, o que representará aproximadamente 13% da população. Em 2000, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁽³⁾, o número de pessoas com 60 anos ou mais era de 14.536.029, contra 10.722.705 em 1991. Esse crescimento traz a consciência da existência da velhice como uma questão social. Questão esta que pede grande atenção, pois está diretamente relacionada com crise de identidade; mudança de papéis; aposentadoria; perdas diversas e diminuição dos contatos sociais.

É importante destacar que a população de idosos está crescendo mais rapidamente do que a de crianças. Em 1980, existiam aproximadamente 16 idosos para cada 100 crianças. Em 2000, essa relação aumentou para 30 idosos por 100 crianças, praticamente dobrando em 20 anos. Isso ocorre devido ao planejamento familiar e conseqüente queda da taxa de fecundidade, e também pela longevidade dos idosos. Dados do IBGE⁽³⁾ mostram que as pessoas estão vivendo mais. O grupo com 75 anos ou mais teve o maior crescimento relativo (49,3%) nos últimos dez anos, em relação ao total da população idosa.

Entretanto a sociedade não está preparada para essa mudança no perfil populacional e, embora as pessoas estejam vivendo mais, a qualidade de vida não acompanha essa evolução. Dados do IBGE⁽³⁾ mostram que os idosos apresentam mais problemas de saúde que a população geral. Em 1999, dos 86,5 milhões de pessoas que referiram ter consultado um médico nos últimos 12 meses, 73,2% tinham mais de 65 anos, sendo que esse grupo, no ano anterior, apresentou 14,8 internações por 100 pessoas, representando o maior coeficiente de internação hospitalar. Mais da metade dos idosos (53,3%) apresentou algum problema de saúde, e 23,1% tinham alguma doença crônica.

Em pesquisa realizada nas cinco regiões do município de São Paulo no início dos anos 90, foi verificado que 86% dos entrevistados apresentavam pelo menos uma doença crônica, fato este confirmado em estudo de seguimento de dois anos desses indivíduos, mostrando que 94,4% dos idosos avaliados apresentavam mais de uma doença crônica⁽⁴⁾. Nesse mesmo estudo foi demonstrado que 32% dos idosos entrevistados eram dependentes para suas atividades rotineiras e instrumentais de vida diária.

Esses dados retratam uma realidade preocupante na vida dos idosos que é: o envelhecimento sem qualidade e a carência no aspecto político e social que dêem suporte para um envelhecimento saudável.

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO ENVELHECIMENTO

Na sociedade atual, capitalista e ocidental, qualquer valoração fundamenta-se na idéia básica de produtividade, inerente ao próprio capitalismo.

O modelo capitalista fez com que a velhice passasse a ocupar um lugar marginalizado na existência humana, na medida em que a individualidade já teria os seus potenciais evolutivos e perderia então o seu valor social. Desse modo, não tendo mais a possibilidade de produção de riqueza, a velhice perderia o seu valor simbólico⁽⁵⁾.

Todos os seres vivos são regidos por um determinismo biológico e sendo assim, o envelhecimento envolve processos que implicam na diminuição gradativa da possibilidade de sobrevivência, acompanhada por alterações regulares na aparência, no comportamento, na experiência e nos papéis sociais⁽⁶⁾.

Diante dessa visão, o envelhecimento é entendido como parte integrante e fundamental no curso de vida de cada indivíduo. É nessa fase que emergem experiências e características próprias e peculiares, resultantes da trajetória de vida, na qual umas têm maior dimensão e complexidade que outras, integrando assim a formação do indivíduo idoso.

As tensões psicológicas e sociais podem apressar as deteriorações associadas ao processo de envelhecimento. Percebe-se no indivíduo que envelhece uma interação maior entre os estados psicológicos e sociais refletidos na sua adaptação às mudanças. A habilidade pessoal de se envolver, de encontrar significado para viver, provavelmente influencia as transformações biológicas e de saúde que ocorrem no tempo da velhice. Assim, o envelhecimento é decisivamente afetado pelo estado de espírito, muito embora dele não dependa para se processar⁽⁷⁾.

O papel social dos idosos é um fator importante no significado do envelhecimento, pois o mesmo depende da forma de vida que as pessoas tenham levado, como das condições atuais que se encontram.

Neste aspecto destacamos a aposentadoria, momento em que o indivíduo se distancia da vida produtiva. Na vida do homem, a aposentadoria muitas vezes acontece como uma descontinuidade. Há uma ruptura com o passado, o homem deve ajustar-se a uma nova condição que lhe traz certas vantagens, como o descanso, lazer, mas também graves desvantagens como desvalorização e desqualificação.

Aposentadoria

A aposentadoria foi concebida como uma instituição social, assegurando aos indivíduos renda permanente até a morte, correspondendo a crescente necessidade de segurança individual que marca as sociedades da nossa época.

Os estudos sobre a aposentadoria revelam que, comumente é gerada uma crise no indivíduo. A retirada da vida de competição, a auto-estima e a sensação de ser

útil se reduzem. No início a maioria dos idosos se sente satisfeito, pois lhe parece ser muito bom poder descansar. Aos poucos, descobrem que sua vida tornou-se tristemente inútil. Nesta ausência de papéis é que podemos observar o verdadeiro problema do aposentado, sua angústia, sua marginalização e, muitas vezes o seu isolamento do mundo. Percebendo que ninguém necessita dele por estar isolado, recusado e excluído da sociedade, ele se sente cada vez mais angustiado, tornando difícil sua adequação ao mundo no qual vive. Aliado a esses fatores da aposentadoria, o idoso também enfrenta uma queda do nível de renda que, por sua vez, afeta a qualidade de vida bem como a saúde⁽⁷⁻⁹⁾.

Os termos “status” e “papel” são considerados como definidores da posição social e do modo geral de interação entre os indivíduos. A cada “status” pessoal têm-se papéis que, somados, definem a posição individual da pessoa, ou seja, a soma dos direitos e obrigações que representam o seu comportamento social⁽¹⁾.

O trabalho e seu significado na formação do indivíduo é uma questão importante a ser levantada quando se discute a aposentadoria. É na atividade profissional que depositamos nossas aspirações pessoais e perspectivas de vida⁽¹⁰⁾.

É o trabalho que permite o ato de existir enquanto cidadão e auxilia na questão de se traçar redes de relações que servem de referência, determinando, portanto, o lugar social e familiar. Pode ocorrer também o contrário, e o idoso inserir-se num processo de despersonalização⁽¹⁰⁾.

Na realidade do contexto social de muitos países, os idosos apresentam poucas perspectivas em relação ao futuro. Embora o progresso industrial e tecnológico tenha conquistado avanços, identifica-se outro problema concernente ao idoso, à dificuldade em lidar com esses avanços, pois o mercado exige modernos equipamentos e profissionais mais capacitados para manter-se produtivo. Encerra-se assim o seu ciclo produtivo e fica a esperança de receber uma aposentadoria que as políticas previdenciárias lhe proporcionam, insuficiente para suprir todas as necessidades para a sua sobrevivência. Em nossa sociedade, o ser humano está intimamente ligado ao processo de trabalho, produção, construção de família e ganhos. Diante disto, aposentar-se pode significar uma fase ameaçadora e até desastrosa⁽¹¹⁾.

As estatísticas demonstram que um número considerável de trabalhadores aposentados vai a óbito logo após aposentar-se. Estes óbitos ocorrem no período de dois anos de gozo deste benefício⁽¹²⁾.

Uma melhoria das condições de vida dos idosos em áreas rurais tem sido evidenciada pela universalização da aposentadoria rural, que também passou a beneficiar os trabalhadores rurais, inclusive os que não contribuíram diretamente com a previdência social. Instituída pela

Constituição de 1988, a aposentadoria rural beneficia atualmente cerca de 6,8 milhões de trabalhadores rurais. Para receber um salário mínimo, eles precisam comprovar tempo de serviço de até 15 anos no campo e ter idade acima de 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens). Como a legislação só mantém essas condições até 2006, não havendo mudanças, só terá direito ao benefício quem, até o período determinado, atingir a idade mínima de aposentadoria. Seria de grande relevância se a esfera governamental garantisse esse benefício como direito incondicional, havendo a necessidade de alteração dessa legislação, a qual o limita a um determinado período de tempo⁽⁸⁾.

Até a atual Constituição não existia nenhum dispositivo tratando dos direitos dos idosos, já que esta era uma problemática desconsiderada pelos tecnocratas e ainda pouco visível para uma sociedade considerada jovem como a brasileira.

No entanto, a Constituição de 1988 já se refere ao idoso, garantindo o seu amparo.

A Política Nacional do Idoso (PNI), pela Lei 8.842/94 e regulamentada pelo Decreto 1948/96, estabelece direitos sociais, garantia da autonomia, integração e participação dos idosos na sociedade, como instrumento de direito próprio de cidadania, sendo considerada população idosa o conjunto de indivíduos com 60 anos ou mais⁽¹³⁾.

A Lei nº 8.842/94 criou o Conselho Nacional do Idoso, responsável pela viabilização do convívio, integração e ocupação do idoso na sociedade, através, inclusive, da sua participação na formulação das políticas públicas, projetos e planos destinados à sua faixa etária. Suas diretrizes priorizam o atendimento domiciliar; o estímulo à capacitação dos médicos na área da Gerontologia; a descentralização político-administrativa e a divulgação de estudos e pesquisas sobre aspectos relacionados à terceira idade e ao envelhecimento.

As políticas públicas governamentais têm procurado implementar modalidades de atendimento aos idosos tais como, Centros de Convivência – espaço destinado à prática de atividade física, cultural, educativa, social e de lazer, como forma de estimular sua participação no contexto social que se está inserido⁽¹⁴⁾.

Os idosos aposentados ou não, deveriam desfrutar de sua aposentadoria com dignidade. Os estudiosos na área da Gerontologia Social revelam que o trabalho torna-se um dos elementos relevantes que interfere de forma positiva na longevidade. Ainda é necessário se construir espaços para essa geração madura que pode e continuará ativa. No contexto atual, os cidadãos necessitam modificar seu perfil de conduta referente aos idosos.

Apesar da criação de novas leis de amparo a velhice, que evidenciam uma preocupação com esta crescente faixa etária, pouco tem sido feito para viabilizar o exer-

cício dos direitos assegurados por estas leis. Ainda é muito parca a atuação governamental efetiva, voltada para este segmento da população. Sabe-se que até mesmo as iniciativas de caráter privado estão mais direcionadas para o assistencialismo, conduzindo a uma tendência de afastar os idosos de realizar atividades criadoras, favorecendo assim o seu isolamento da sociedade a qual pertence.

A família, como a comunidade, tem um lugar de destaque na criação de uma estrutura que estimula novos caminhos para o idoso, bem como proporciona efetivas opções àqueles que decidem ou são compelidos a deixar o serviço ativo⁽⁷⁾.

Família

Em todas as fases da vida a família exerce uma importância fundamental no fortalecimento das relações, embora muitas vezes a família tenha dificuldades em aceitar e entender o envelhecimento de um ente, tornando o relacionamento familiar mais difícil.

O indivíduo idoso perde a posição de comando e decisão que estava acostumado a exercer e as relações entre pais e filhos modificam-se. Conseqüentemente as pessoas idosas tornam-se cada vez mais dependentes e uma reversão de papéis estabelece-se. Os filhos geralmente passam a ter responsabilidade pelos pais, mas muitas vezes esquece-se de uma das mais importantes necessidades: a de serem ouvidos. Os pais, muitas vezes, quando manifestam a vontade de conversar, percebem que os filhos não têm tempo de escutar as suas preocupações⁽⁷⁾.

O ambiente familiar pode determinar as características e o comportamento do idoso. Assim, na família suficientemente sadia, onde se predomina uma atmosfera saudável e harmoniosa entre as pessoas, possibilita o crescimento de todos, incluindo o idoso, pois todos possuem funções, papéis, lugares e posições e as diferenças de cada um são respeitadas e levadas em consideração. Em famílias onde há desarmonia, falta de respeito e não reconhecimento de limites, o relacionamento é carregado de frustrações, com indivíduos deprimidos e agressivos. Essas características promovem retrocesso na vida das pessoas. O idoso torna-se isolado socialmente e com medo de cometer erros e ser punido⁽¹⁾.

Nas famílias onde existe o excesso de zelo, o idoso torna-se progressivamente dependente, sobrecarregando a própria família, com tarefas executadas para o idoso, onde na maioria das vezes ele mesmo poderia estar realizando. Esse processo gera um ciclo vicioso e o idoso torna-se mais dependente.

Reconhece-se para cada família o envelhecimento assume diferentes valores que, dentro de suas peculiaridades, pode apresentar tanto aspectos de satisfação como de pesadelo.

Em estudo realizado com idosos em domicílio, foi constatado que quando a qualidade afetiva em relação à família foi ótima (14 idosos) e boa (46 idosos), os idosos tiveram um menor grau de dependência emocional e atividades de lazer, em contraposição aos idosos que avaliaram como regular (16 idosos) e péssima (1 idoso) a qualidade afetiva em relação à família, os quais tiveram aumento substancial no grau de dependência emocional ⁽⁷⁾.

De acordo com os resultados do estudo supra citado, pode-se inferir que a família representa para esses idosos, um fator que influencia significativamente a sua segurança emocional.

Relações Interpessoais

Além da família, o convívio em sociedade permite a troca de carinho, experiências, idéias, sentimentos, conhecimentos, dúvidas, além de uma troca permanente de afeto.

Outros aspectos importantes consistem na estimulação do pensar, do fazer, do dar, do trocar, do reformular e do aprender ⁽¹⁾.

O idoso necessita estar engajado em atividades que o façam sentir-se útil. Mesmo quando possui boas condições financeiras, o idoso deve estar envolvido em atividades ou ocupações que lhe proporcionem prazer e felicidade.

A atividade em grupo é uma forma de manter o indivíduo engajado socialmente, onde a relação com outras pessoas contribui de forma significativa em sua qualidade de vida ⁽¹⁾.

O idoso precisa ter vontade de participar do grupo para que assim possa usufruir dele, aspectos estes, que ajudam a melhorar e tornar mais satisfatória sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação social da pessoa idosa no Brasil revela a necessidade de discussões mais aprofundadas sobre as relações do idoso na família e na sociedade, aspecto enfatizado nas salas de aulas, sobretudo na formação de profissionais da área de saúde e de educação.

Neste texto a situação social do idoso foi delineada por questões pertinentes aos aspectos demográficos e epidemiológicos, aspectos psicossociais, evidenciando a aposentadoria e a relação afetiva e familiar.

Acreditamos que tais aspectos, embora já amplamente discutidos e também publicados nos mais diversos veículos de divulgação de conhecimento, não se encontram esgotados na sua temática e continuam merecendo destaque e atenção, bem como discussões verticalizadas voltadas para a inclusão social do idoso.

A imposição de padrões estéticos de produtividade e de socialização aponta para a exclusão do idoso e é por

meio da divulgação do conhecimento que poderemos compreender que não basta almejar a vida longa, mas a melhor qualidade para este viver.

REFERÊNCIAS

1. Zimerman GI. Velhice: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; 2000.
2. Mendes MRSSB. O cuidado com os pés: um processo em construção [dissertação]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2000.
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil: 2000. Rio de Janeiro; 2002.
4. Ramos LR, Rosa TEC, Oliveira ZM, Medina MCG, Santos FRG. Perfil do idoso em área metropolitana na região sudeste do Brasil: resultados de inquérito domiciliar. Rev Saúde Pública. 1993;27(1):87-94.
5. Veras RP. Terceira idade: gestão contemporânea em saúde. Rio de Janeiro: UNATI/Relume Dumará; 2002.
6. Moragas RM. Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo: Paulinas; 1997.
7. Leite RCBO. O idoso dependente em domicílio [tese]. Salvador: Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia; 1995.
8. Marina CS. O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas. Textos Envelhecimento. 2005;8(1):1-10.
9. Cattani RB, Perlini NMOG. Cuidar do idoso doente em domicílio na voz dos cuidadores familiares. Rev Eletrônica Enferm. [periódico na Internet]. 2004 [citado 2005 Maio 18];6(2): [cerca de 20 p.] Disponível em: www.fen.ufg.br
10. Vieira EB. Manual de gerontologia: um guia teórico prático para profissionais, cuidadores e familiares. Rio de Janeiro: Revinter; 1996.
11. Barros MML. Velhice ou terceira idade? 2a ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV; 2000.
12. Haddad EGM. O direito à velhice: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez; 1993.
13. Brasil. Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências [texto na Internet]. Brasília; 1994. [citado 2005 Maio 18]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm
14. Neri AL, Freiri AS. E por falar em boa velhice. São Paulo: Papirus; 2000.